



**casadesarmento**

centro de estudos do património

Núcleo de Documentação Abade de Tagilde | Casa de Sarmento | © Sociedade Martins Sarmento

Casa de Sarmento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4810-241 Guimarães  
E-mail: [casa.sarmento@csarmento.uminho.pt](mailto:casa.sarmento@csarmento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmento.uminho.pt](http://www.csarmento.uminho.pt)

## Violas de Guimarães

Sempre, desde que me conheço, ouvi dizer em Guimarães: «violas de Braga», «viola braguesa», «cavaquinho braguês», «pandeiro braguês» (aliás galego), etc.... ¿E porque não violas de Guimarães, viola vimaranense, cavaquinho vimaranense? Porque não?

A indústria dos instrumentos músicos populares, se não ainda a dos instrumentos ditos «de classe», tem uma história em Guimarães que remonta, pelo menos, ao século XVII. No século XVIII tinham os mestres e tendeiros de violaria uma instalação citadina escolhida, marcando a zona do ofício. No primeiro terço do século XIX organizavam os violeiros vimaranenses a sua corporação religiosa e de mister, de sociedade com os carpinteiros e sambladores (ensabladores). Ainda conheci há quarenta anos, em Guimarães, gente que era designada «as violeiras», «o violeiro», quer dizer — as filhas e o filho do homem que fabricava violas. A extinção do ofício é, pois, de há dois dias. ¿Pode assim negar-se a algum vimaranense o direito de dizer de futuro: *uma viola da minha terra*? Eu creio que não. Os modelos mantêm-se, são os mesmos hoje, são precisamente aqueles que ainda agora se fabricam em Braga, onde também a indústria do género entra a declinar. Ora, para o caso, os modelos são tudo. Portanto: viola de Guimarães, cavaquinho de Guimarães... E que não pare aqui a onda do orgulho legítimo.

\*

Em 5 de Junho de 1632 eram os violeiros chamados à *pedra* pela Câmara, sendo-lhes ordenado que, como os demais ofícios, acompanhassem d'ora-avante não só a procissão do Corpo de Deus, mas tódas as outras organizadas na vila, isto sob pena de 500 reis

de multa. E' natural que esta prescrição os tivesse atingido já em 21 de Maio de 1621, quando a Câmara obrigou ao mesmo serviço os carpinteiros (sempre confrades dos violeiros), os pedreiros, banheiros, cutileiros, serralheiros, oleiros e ferreiros, sob ameaça da multa de 100 reis, obrigação esta que veio a ampliar-se para os 500 reis da multa acima indicada.

¿Tinham os violeiros a obrigação de, na procissão do Corpo de Deus e demais, apresentarem o seu *Imperador*? ¿Faziam-se acompanhar de dança própria ou da classe? Instrumentos, dos fabricados por si, não faltariam nesse e nos outros cortejos. Sempre em Guimarães houve um grande amor à música e à dança, assim como ao teatro. As freiras do nosso convento de Santa Clara tocavam muito bem o cravo e a espinêta, bem como representavam com gracioso donaire os seus entremezes. Que o diga do outro mundo o arcebispo D. José de Bragança, que, por desamor à profanidade, lhes mandou pôr ponto nas «funções» e medida na alqueirada dos doces. Os monges da Costa, à imitação dos crúzios de Coimbra e, aqui mais próximo, dos bentos de Tibães, mantinham entre si instrumentistas admiráveis e cantores de grandes recursos, a ponto de as suas festividades terem criado justo renome. Porém, neste particular da colaboração dos violeiros nas procissões citadinas de antanho, resumo a matéria basta em dizer que não conheço documento algum que suficientemente me habilite a responder às perguntas acima formuladas.

E' quasi obscura a informação até hoje produzida àcerca do papel dos violeiros na actividade social de Guimarães.

\*

No século XVIII, como disse já, os violeiros tinham uma situação local escolhida, marcando zona do ofício na então vila.

Era a Rua da Fonte Nova.

Ali vamos encontrar, entre 1720 e 1745, os seguintes indivíduos:

— António de Figueiredo — *violeiro*. Mantinha oficina e tenda, tudo levando a crer que fôsse irmão ou pai do abaixo designado Francisco de Figueiredo.

Fêz parte das ordenanças da vila. Pertencendo à irmandade de Nossa Senhora do Rosário, erecta na igreja conventual de S. Domingos desde 1609, foi mesário nos anos de 1731 e 1736.

— Belchior de Almeida — *violeiro*. Teve oficina de fabrico e concertos em Santa Luzia, mudando em 1720 para a rua da Fonte Nova. Tendo, como o anterior, pertencido à irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de S. Domingos, fêz parte da mesa administradora nos anos de 1731 e 1739.

— Francisco Figueiredo ou Francisco de Figueiredo — *violeiro*. Aparece com os dois nomes em documentos de diferente espécie. Tinha oficina e tenda do ofício, como os demais, na rua da Fonte Nova. Era casado (?) com Dorotea Pinheiro, ou então «estavam juntos», como decentemente se diz em Lisboa. Aparecem os dois em 3 de Fevereiro de 1723 como testemunhas numa devassa por motivo de agressões em Maria Nunes, na rua da Ferraria. Igualmente fêz parte da mesa da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de S. Domingos, no ano de 1740.

— António Campos — *violeiro*. Morador na rua da Fonte Nova. Foi mesário da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de S. Domingos, no ano de 1745.

De tudo isto podem concluir-se duas cousas: primeira, que o ofício se instalava, em grande escala, na rua da Fonte Nova; segunda, que, anteriormente à organização da irmandade do ofício, em 1824, de sociedade com os carpinteiros e ensambladores, os violeiros tendiam, religiosamente falando, para a irmandade dominica do Rosário.

\*

Em 1824, finalmente, constituiu-se a corporação do ofício, ou melhor, tendo os carpinteiros a sua irmandade, dedicada à Sagrada Família e erecta na igreja de S. Dâmaso, encabeçaram nela, a 6 de Maio daquele ano, os ensambladores e os violeiros.

Isto mesmo se depreende da análise da peça estatual, sobretudo nos seus capítulos 2.º, 4.º, 5.º, 7.º, 10.º, 12.º, 14.º, 16.º e 20.º, onde apenas se indica o encabeçado, em dois capítulos se cita o ofício de violeiro,

e se exclui, ao contrário do que ali acontece com os dois outros ofícios, a descrição da matéria de exame dos aprendizes para o mestrado.

Esses estatutos encontram-se arquivados no Livro 21.º do registo da Câmara de Guimarães, a fôlhas 123 v. e seguintes <sup>1</sup>, tendo sido aprovados pela mesma Câmara na data de Maio acima indicada, e confirmados pela provisão de D. Pedro IV de 13 dêsse mês do ano de 1826.

Razão tinha eu, pois, para afirmar possuírem um passado histórico as violas de Guimarães.

Quinta do Atalho  
Julho de 1926

ALFREDO GUIMARÃES.

<sup>1</sup> Revista de Guimarães, vol. 14.º, n.º 1.º, pág. 27.